

Capacitação em Propriedade Intelectual Direcionado a Empreendedores: estudo de caso na Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina

*Training in Intellectual Property Directed to Entrepreneurs: case study in
Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina*

Fernando Müller¹

Irineu Afonso Frey¹

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Resumo

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de apresentar uma estrutura de ensino destinada à capacitação dos empreendedores da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC) no tema Propriedade Intelectual (PI), utilizando pesquisa documental e levantamento como metodologia. Quanto ao escopo, investigou-se diversas propostas pedagógicas que se encontravam em funcionamento no Estado catarinense, considerando desde o ensino técnico até a pós-graduação. Quanto aos instrumentos para coleta de dados, foram utilizados questionários para obter, diretamente junto aos empreendedores da Facisc sediados na região metropolitana de Florianópolis, a percepção destes em relação à importância da PI e quais são as principais demandas de cada setor da economia. Os resultados permitiram a elaboração de uma proposição de estrutura de ensino, destinada a atender especificamente às demandas dos empreendedores da Facisc. O estudo demonstrou a credibilidade que os empreendedores identificam na PI para promoção da inovação e o anseio para obter essa capacitação.

Palavras-chave: Capacitação. Propriedade Intelectual. Facisc.

Abstract

This study was developed with the objective of presenting a teaching structure aimed at training entrepreneurs of the Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC) in intellectual property (IP), using documentary research and survey as methodology. Regarding the scope, several documents were collected with information from pedagogical proposals in use in Santa Catarina, considering from technical to graduate education. On the instruments for data collection, questionnaires were used to obtain, directly from Facisc entrepreneurs located in the metropolitan region of Florianópolis, their perception of the importance of IP and what are the main demands of each sector of the economy. The results allowed the elaboration of a proposal of teaching structure, aimed at specifically meeting the demands of Facisc entrepreneurs. The study demonstrated the credibility that entrepreneurs identify in IP to promote innovation and the desire to obtain this training.

Keywords: Education. Intellectual property. Facisc.

Área Tecnológica: Propriedade Intelectual. Empreendedorismo. Educação.



1 Introdução

A Propriedade Intelectual (PI) é um elemento de grande relevância para o desenvolvimento socioeconômico, pois a temática da inovação ocupa lugar central na competitividade entre países nesse cenário globalizado e tal fato está refletido diretamente em suas respectivas políticas. Vários países têm colocado a inovação como eixo central de suas estratégias de retomada do crescimento, e esse objetivo inclui as diversas ferramentas oferecidas pela PI para proteção da inovação (BRASIL, 2016).

Como reflexo dessas políticas no cenário mundial, de acordo com o Índice Global de Inovação (2020), o Brasil está posicionado na modesta 57ª posição, apesar de demonstrar um pequeno crescimento nos últimos quatro anos. Entretanto, nos aspectos relacionados com PI e ciência e tecnologia, o país apresenta desempenho bem superior, como: absorção de conhecimento (28º), receitas de PI (33º), pagamentos de PI (14º), citações em publicações (24º), fabricação de produtos de alta tecnologia (32º), entre outros (CORNELL UNIVERSITY; INSEAD; WIPO, 2021).

No âmbito das Unidades Federativas do Brasil, Santa Catarina ocupa posição de destaque, de acordo com o Índice de Inovação dos Estados (2021), o qual apresenta o Estado na segunda colocação geral, além de expressivos resultados nos índices de Empreendedorismo (1º), Cooperação (2º lugar), Infraestrutura (2º), Propriedade Intelectual (2º), Intensidade Tecnológica (3º) e Competitividade Global (4º) (FIEC, 2021).

Esses aspectos ressaltam o importante papel que o Estado tem desempenhado para a promoção da inovação no território nacional, com destaque para Florianópolis, que é um dos mais importantes polos de inovação em Santa Catarina. Inclusive, um importante ator que tem contribuído para esses resultados é a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC), a maior entidade de representação da classe dos empreendedores catarinenses no Estado, que reúne mais de 35 mil empresas filiadas em 148 Associações Empresariais no Estado, com sede na capital (FACISC, 2021).

Quanto ao índice de PI alcançado por Santa Catarina, apesar de ocupar a segunda colocação, ele ainda está muito distante do primeiro lugar, ocupado pelo Estado de São Paulo. Ressalta-se que o índice obtido pelos catarinenses corresponde a menos de um terço do índice paulista (FIEC, 2021).

Para compreender os fatores que impactam nesse índice, é necessário observar tanto o ponto de vista da aplicação dos mecanismos de proteção quanto a formulação de políticas nas esferas micro e macroeconômica, bem como no âmbito da definição de estratégias de gestão pública e privada, além da interpretação das variadas dimensões da matéria em questão (AMORIM-BORHER *et al.*, 2007). “Nesse sentido, uma das grandes lacunas em relação à matéria de propriedade intelectual refere-se à formação e capacitação de recursos humanos em diferentes níveis e com complexidade de conteúdos distintos” (AMORIM-BORHER *et al.*, 2007, p. 283).

O ensino ou capacitação em PI corresponde a uma tarefa bastante complexa. Ainda que fosse considerada uma disciplina somente do Direito, ela se diferencia do ensino tradicional de uma temática (Penal, por exemplo), pois a PI conecta-se simultaneamente a várias áreas do Direito, como Civil, Empresarial, Contratual, Trabalhista, do Consumidor, entre outras. Entretanto, isso abarcaria somente os aspectos legais da PI, pois ela também está intimamente relacionada

com temas de outras áreas, como economia, administração, empreendedorismo, *marketing*, inovação e indústria criativa etc. (WIPO, 2013).

Além disso, o ensino da PI é constituído em uma estrutura multidisciplinar, pois precisa atender tanto a programas de treinamento de curto prazo quanto a programas de pós-graduação, *lato e stricto sensu* (AMORIM-BORHER *et al.*, 2007), bem como nos níveis escolares iniciais: ensino fundamental, médio/técnico e graduação (GUILHERMAT *et al.*, 2018).

No Brasil e em vários outros países, percebe-se que o Programa de Formação de Curta Duração tem atendido satisfatoriamente à demanda, pois existem várias Academias ligadas às agências de PI dos países e à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) que têm oferecido capacitações presenciais e na modalidade de ensino a distância (MENDES; AMORIM-BORHER, 2012). Esse programa se dirige, prioritariamente, ao pessoal diretivo e técnico dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT), estabelecidos nas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT), além de pesquisadores, agentes governamentais, incubadoras, corpo técnico de federações de indústria e associações, técnicos da área privada e pequenos e médios empresários. O programa é organizado em três níveis: básico, intermediário e avançado (AMORIM-BORHER *et al.*, 2007).

Esse cenário também é observado quando o assunto é formação em nível de pós-graduação, tanto no contexto internacional, com destaque para Estados Unidos da América, China, Japão e França (MENDES; AMORIM-BORHER, 2012), bem como no Brasil, principalmente pela iniciativa do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), mestrado em rede sob coordenação da Associação Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC). Além de outras iniciativas isoladas em algumas universidades federais (FARIA, 2011; GIMENEZ, 2012; GUILHERMAT *et al.*, 2018; MENDES; AMORIM-BORHER, 2012; SARAIVA; BUTZEN; MOREJON, 2019).

Entretanto, esse movimento ainda está bastante discreto, bem aquém do necessário para impactar a cultura de inovação no âmbito universitário nacional. Fato que motivou a Controladoria Geral da União (CGU) a realizar uma auditoria sobre o desenvolvimento da inovação nas Universidades Federais, nomeadamente da oferta de disciplinas nos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* que versem sobre Inovação, Empreendedorismo e Propriedade Intelectual. Cabe ressaltar, ainda, que essa iniciativa da CGU está respaldada na Lei da Inovação (Lei n. 10.973/2004), que, em seu artigo 26, determina que as “[...] ICTs que contemplem o ensino entre suas atividades principais deverão associar, obrigatoriamente, a aplicação do disposto nesta Lei a ações de formação de recursos humanos sob sua responsabilidade” (BRASIL, 2004, art. 26).

Em relação ao ensino de PI para o Ensino Fundamental, Médio/Técnico e Graduação, o cenário é bastante diferente, com praticamente nenhum espaço para discutir esse tema em sala de aula, conforme foi identificado por estudos conduzidos no Brasil (FREIRE; CARVALHO, 2021; PEREIRA; EPSZTEJN; LEAL, 2009; RODRIGUES; SANTOS; OLIVEIRA, 2023; VARENHOLD; MEDEIROS, 2017). Nas raras ocasiões em que a PI é trabalhada em nível de graduação, ela é encontrada prioritariamente associada aos cursos de Direito (GIMENEZ, 2012), o que não deveria ocorrer, visto que os conhecimentos inerentes a essa área são multi e interdisciplinares e não uma exclusividade do Direito (FARIA, 2011).

Para incentivar a difusão da PI nesses ambientes, o INPI criou o Prêmio PI nas Escolas, tendo como objeto o fomento, em âmbito nacional, da inserção da propriedade intelectual nas escolas da rede privada e pública de ensino (federal, estadual e municipal) mediante o reconhecimento e valorização de professores da Educação Infantil ao Ensino Médio e Profissionalizante (INPI, 2021).

Em nível internacional, percebe-se que a preocupação relacionada com o ensino e a capacitação em PI também se faz presente, como pode ser observado no *Workshop* de Ensino sobre Gestão de PI, realizado na Universidade de Cambridge em 16 de setembro de 2016. Na ocasião, foram realizadas sete sessões temáticas que abordaram os seguintes tópicos: como despertar o interesse pelo tema, tendências e desafios relacionados à indústria e a necessidade de ensino de gestão de PI, prática em cursos de gestão de PI, utilização de jogos de ensino e exercícios (desafios de licenciamento e negociação, exercícios de previsão e inteligência tecnológica usando análise de patentes), abordagens inovadoras para ensinar gestão de PI, bem como o que incluir em currículos de cursos futuros (HOLGERSSON; TIETZE, 2017).

Ademais, poucas entidades privadas nacionais se dedicam à relevante atividade de educar os brasileiros para o tema da PI, como a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC) e o seu Programa de Proteção Intelectual (PRINTE) (FACISC, 2019) e o Instituto Dannemann Siemsen de Estudos Jurídicos e Técnicos (IDS) (IDS, 2019).

Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é apresentar uma estrutura de ensino destinada à capacitação dos empreendedores da Facisc, o qual buscará responder ao seguinte problema de pesquisa: qual é a estrutura de ensino para capacitar os empreendedores da Facisc em temáticas relacionadas à propriedade intelectual? Para a execução do objetivo geral, apoia-se nos seguintes objetivos específicos: a) investigar as demandas reprimidas dos empreendedores da Facisc relacionadas à ausência de capacitação em PI; b) identificar propostas pedagógicas para o ensino de PI que já se encontram em funcionamento no Estado de Santa Catarina; e c) formular as diretrizes de funcionamento de uma estrutura de ensino destinada à capacitação dos empreendedores da Facisc.

2 Metodologia

De acordo com as definições propostas por Gil (2017), esta pesquisa pode ser classificada, quanto aos critérios de finalidade e objetivo, como aplicada e descritiva, pois a aquisição de conhecimentos foi realizada com o intuito de aplicar numa situação específica e de descrever fenômenos observados, bem como identificar relações entre as variáveis.

Em relação ao critério de natureza, a pesquisa é do tipo qualitativa, e, referente aos métodos, foram utilizados a pesquisa documental, para verificação do conhecimento já sistematizado sobre o assunto, bem como o levantamento, para proporcionar um conhecimento direto da realidade, pois os dados são obtidos mediante interrogação de profissionais envolvidos diretamente com o processo alvo da investigação (GIL, 2017).

O levantamento da percepção dos empresários foi realizado com o propósito de alcançar o objetivo específico “a”, investigar as demandas reprimidas dos empreendedores da Facisc relacionadas com falta de capacitação em PI, com vistas a formular os aspectos pedagógicos

e princípios de funcionamento de uma estrutura de ensino destinada ao atendimento dessas demandas. Quanto ao instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário enviado por meio eletrônico (*Google Forms*), utilizando os meios de comunicação do próprio Sistema. Os questionamentos foram divididos em quatro partes:

- a) Parte 1 – Qualificação do respondente (três perguntas);
- b) Parte 2 – Conhecimento e uso da Propriedade Intelectual (quatro perguntas);
- c) Parte 3 – Demandas sobre capacitação em Propriedade Intelectual (seis perguntas); e
- d) Parte 4 – Pré-disposição em investir na capacitação em Propriedade Intelectual (três perguntas).

Considerando que a Facisc é composta de uma quantidade de associações e empresas acima da capacidade de análise deste trabalho (148 associações empresariais e 35.021 empresas), optou-se por trabalhar com aquelas associações localizadas na Grande Florianópolis, utilizando amostragem do tipo conglomerado, que é caracterizada por todos os integrantes de um mesmo subgrupo específico serem definidos como alvo da pesquisa (GIL, 2017). No caso desta pesquisa, definiu-se o conglomerado formado pelo grupo de empresas do sistema Facisc, que compõem a Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis (AEMFLO), a Associação Empresarial de Palhoça (ACIP) e a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), pela facilidade de acesso aos empresários por meio de canais de comunicação existentes no sistema, constituído por, aproximadamente, 2.000 empresas dos mais diversos setores.

A pesquisa documental, realizada durante o mês de março de 2022, foi conduzida por meio de ementas de cursos, currículos e outros formatos de documentos com informações de propostas pedagógicas que puderam ser localizadas, considerando desde o ensino técnico até a pós-graduação, bem como cursos avulsos de curta duração, oferecidos na modalidade presencial ou ensino a distância. As buscas foram realizadas em universidades públicas e privadas, além de institutos de ensino e pesquisa, escritórios especializados em PI e entidades públicas e privadas pertencentes ao ecossistema de inovação catarinense.

O escopo dessa pesquisa foi apenas das propostas que estavam ao alcance dos empresários sediados em Florianópolis, para os cursos presenciais, e, para os cursos oferecidos na modalidade de ensino a distância, foram considerados aqueles que pertenciam a empresas localizadas em Santa Catarina. A pesquisa documental contribuiu para o alcance do objetivo específico “b” e seus resultados foram utilizados nas etapas seguintes da pesquisa.

Os sítios eletrônicos utilizados como fonte de dados para a pesquisa documental foram: a) cursos avaliados e reconhecidos na Plataforma Sucupira (mestrado e doutorado); b) consulta avançada no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Portal e-MEC (graduação e especialização); e c) buscador Google (cursos técnicos, extensão e cursos de curta duração).

As palavras-chave utilizadas nas pesquisas foram: propriedade intelectual, propriedade industrial, direito industrial, transferência de tecnologia, patente e marcas. Os termos inovação, gestão da inovação, desenho industrial e empreendedorismo não foram considerados, pois trouxeram apenas “falsos positivos”, ou seja, cursos que não contemplavam a temática PI na grade curricular.

O objetivo específico “c” diz respeito aos principais aspectos de uma estrutura de ensino destinada a atender especificamente às demandas dos empreendedores da Facisc e foi alcançado por meio da análise dos resultados obtidos pelo levantamento e pesquisa documental, com a diferença de que o escopo foi expandido para todo o território nacional, pois a busca restrita ao Estado de Santa Catarina não trouxe resultados suficientes para embasar a construção da proposta pedagógica.

A proposta foi estabelecida com base no Projeto Pedagógico ou Projeto Político Pedagógico (PPP), que visa a apresentar quais são os objetivos pedagógicos da escola, seus valores e sua missão, além de detalhar as propostas da instituição para o processo de ensino aprendizagem (MARANHÃO, 2016; PARANÁ, 2018), cuja implementação está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

A estrutura mínima do PPP é constituída basicamente de quatro etapas (MARANHÃO, 2016; PARANÁ, 2018):

- a) Missão: missão, visão, objetivos e valores;
- b) Contexto: diagnóstico da comunidade atendida, infraestrutura, corpo docente, aspectos financeiros e parcerias;
- c) Projeto Pedagógico: currículo escolar, os métodos de avaliação de aprendizagem, os conteúdos que serão trabalhados, as tecnologias e tudo o que tem impacto nas práticas pedagógicas; e
- d) Plano de Ação: estratégias para implementação, prazos, cronogramas, profissionais envolvidos, metas e indicadores.

3 Resultados e Discussão

Para levantar a demanda específica dos empreendedores da Facisc, foram enviados questionários por meio digital, utilizando os meios de comunicação do próprio Sistema. No total, foram recebidas 47 respostas, sendo 20 da ACIP, 18 da Aemflo e 9 da ACIF.

Com relação à qualificação dos respondentes das três associações, verificou-se que quase a metade (21 registros, ou 44,7%) dos respondentes se identificou como empresa de base tecnológica, corroborando com os interesses abordados na metodologia, pois esse tipo de empresa costuma ser usuária, com maior frequência, em comparação com as empresas de base tradicional, das ferramentas da PI, principalmente patente e desenho industrial.

No que concerne ao porte, percebeu-se que a grande maioria das empresas é de pequeno porte (39 registros, ou 83%), o que dificulta a adoção da PI, em todas as suas vertentes, devido à menor estrutura das organizações para contratar e/ou capacitar recursos humanos para atuar nessa área, ou mesmo recursos financeiros para terceirizar o serviço. Os demais respondentes se identificaram como sendo *startup* (5 registros), médio porte (2 registros) e grande porte (apenas 1 registro).

Quanto ao setor de atuação dos respondentes, destaca-se que houve grande variabilidade, cabendo ao setor de serviços e consultoria a hegemonia, porém com apenas cinco respostas cada. As demais empresas enquadravam-se como comércio (4), marketing (3), advocacia (2),

contabilidade (2), metalmeccânico (2), tecnologia (2), além de outras 22 que se identificaram em setores diversos.

A segunda parte do questionário continha quatro perguntas e tinha por objetivo levantar o grau de conhecimento dos empreendedores acerca da PI e o uso que eles faziam desta ferramenta (Quadro 1). Cada coluna corresponde a uma pergunta, enumeradas de 2.1 a 2.4. A pergunta 2.3 aceitava mais de uma resposta, por isso, o total é maior que o número de respondentes.

Quadro 1 – Conhecimento e uso da propriedade intelectual

2.1 QUAL O NÍVEL DE CONHECIMENTO QUE SUA EMPRESA POSSUI SOBRE PI?		2.2 SUA EMPRESA POSSUI UMA ESTRATÉGIA PARA USO DA PI NO DIA A DIA?		2.3 QUAIS TIPOS DE PI SUA EMPRESA JÁ UTILIZOU?		2.4 VOCÊ ACREDITA QUE A PI PODE AGREGAR DIFERENCIAIS NA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO DA SUA EMPRESA?	
Pouco	18	Sim	10	Marca	26	Sim	38
Razoável	17	Não	35	Patente	3	Não	2
Bom	8	Não sei	2	Desenho Industrial	3	Não sei	7
Muito bom	4			Segredo Industrial	3		
				Indicação Geográfica	1		
				Programa de Computador	1		
				Conhecimento Tradicional	1		
				Cultivar	0		
				Topografia de C. Integrado	0		
				Nunca utilizei	19		

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2022)

Conforme apontado pela literatura, a educação profissional e tecnológica no Brasil não prepara os estudantes para utilizar os mecanismos de proteção disponibilizados pela PI (AMORIM-BORHER *et al.*, 2007; MENDES; AMORIM-BORHER, 2012), pois a maioria (75%) dos empreendedores possui pouco ou razoável conhecimento sobre esse assunto, com apenas 12 respondentes assinalando as opções Bom ou Muito Bom. Inclusive, entre estes anteriormente citados, 10 reportaram que possuem estratégia de PI em sua empresa.

Em relação aos tipos de PI mais utilizados, percebe-se que a Marca é a favorita dos empreendedores, com 26 resultados, seguida pela Patente, Desenho Industrial e Segredo Industrial, com três registros cada. Essa tendência de prevalência da Marca sobre as demais se repetirá em todos os quadros, como abordado a seguir.

Destaca-se que, apesar de a maioria ter pouco ou razoável conhecimento sobre PI, os empreendedores enxergam que a PI traz benefícios para sua empresa e contribui para agregar valor aos produtos e serviços comercializados.

A terceira parte do questionário foi a que continha maior número de perguntas, com seis questionamentos ao total, pois consiste no foco deste trabalho. O Quadro 2 apresenta as demandas dos empreendedores acerca da capacitação em PI, sendo as questões de múltipla escolha. Cada coluna corresponde a uma pergunta, enumeradas de 3.1 a 3.3. As perguntas 3.1 e 3.3 aceitavam mais de uma resposta, por isso o total é maior que o número de respondentes.

Quadro 2 – Demandas dos empreendedores acerca da capacitação em PI

3.1 Quais seriam os tipos de PI que você gostaria de utilizar na sua empresa?		3.2 Sua empresa já investiu, alguma vez, em capacitação dos funcionários em PI?		3.3 Caso positivo, em que área da PI foi esse investimento?	
<i>Marca</i>	33	<i>Sim</i>	6	<i>Marca</i>	6
<i>Patente</i>	15	<i>Não</i>	41	<i>Patente</i>	3
<i>Programa de Computador</i>	13	<i>Não sei</i>	0	<i>Segredo Industrial</i>	1
<i>Conhecimento Tradicional</i>	7			<i>Indicação Geográfica</i>	1
<i>Segredo Industrial</i>	6			<i>Programa de Computador</i>	1
<i>Desenho Industrial</i>	4			<i>Topografia de C. Integrado</i>	1
<i>Topografia de C. Integrado</i>	1			<i>Cultivar</i>	1
<i>Cultivar</i>	1			<i>Conhecimento Tradicional</i>	1
<i>Indicação Geográfica</i>	1			<i>Desenho Industrial</i>	0
<i>Nenhuma</i>	7			<i>Nenhuma</i>	41

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2022)

Corroborando com a pergunta 2.3 do Quadro 1, a Marca é a PI predileta dos empreendedores para aplicação na empresa, seguida pela Patente, comportamento já identificado. A surpresa coube ao Programa de Computador, que surgiu como terceira força no cenário.

Quando questionados sobre o investimento em capacitação em PI, a maioria dos empresários afirmou que jamais investiram em capacitação e somente em seis ocasiões foi reportado que havia investimento anterior, principalmente na área da Marca, seguida pela Patente, novamente.

Além dessas questões de múltipla escolha, a parte 3 do questionário incluía três perguntas de resposta curta, que permitiam ao respondente descrever aspectos inerentes a sua empresa, conforme descrito no Quadro 3. Cada coluna corresponde a uma pergunta, enumeradas de 3.4 a 3.6. As perguntas 3.4 e 3.5 aceitavam mais de uma resposta, por isso o total é maior que o número de respondentes.

Quadro 3 – Demandas dos empreendedores acerca de aspectos inerentes a sua empresa

3.4 Quais seriam os maiores desafios da sua empresa para implementar essa estratégia?		3.5 Quais as vantagens competitivas de seus concorrentes em relação à sua empresa, relacionadas com o uso da PI?		3.6 Sua empresa possui profissionais formados em alguma área da Propriedade Intelectual? Qual?	
Falta de recursos	16	Uso consolidado da marca	10	Administração com especialização em PI	1
Falta de conhecimento	9	Segredo Industrial	2	Direito com especialização em PI	1
Falta de tempo/colocar em prática	4	Patente	2	Não possui	45
Burocracia do INPI	2	Concorrência desleal	1		
Documentar os processos	1	Desconheço ou não sei responder	35		
Concorrência	1				
Falta de estrutura na empresa	1				
Desconheço ou não sei responder	20				

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2022)

A fim tentar entender o motivo pelo qual os empreendedores não investiram em uma estratégia de proteção dos ativos intangíveis pela PI, apesar de grande parte acreditar que ela pode agregar valor aos negócios da empresa, foram estabelecidas as questões do Quadro 3, as quais revelaram que o principal motivo foi a falta de recursos para elaborar essa estratégia, seguido pela falta de conhecimento de como se faz ou de quais seriam as reais vantagens que poderia trazer.

Contrastando com essa questão, foi questionado se o empreendedor percebia o uso da PI pela concorrência e as vantagens competitivas resultantes, obtendo-se como resposta que a principal vantagem percebida foi o uso consolidado de uma marca no mercado, que agregava valor ao negócio do concorrente e influenciava na percepção dos consumidores.

Ainda dentro dessa subdivisão do questionário, para descobrir se as empresas possuíam colaboradores com capacitação nos temas da PI, levantou-se a informação de que apenas em dois casos existia alguém com capacitação dentro dessa temática, em nível de especialização, demonstrando que havia uma lacuna realmente grande a ser preenchida.

A última parte do questionário tratava da predisposição dos empreendedores em investir na capacitação em PI dos seus funcionários, e foi dividido em três questões de múltipla escolha e uma questão de resposta curta (Quadro 4). Cada coluna corresponde a uma pergunta, enumeradas de 4.1 a 4.4. As perguntas 4.2, 4.3 e 4.4 aceitavam mais de uma resposta, por isso o total é maior que o número de respondentes.

Quadro 4 – Pré-disposição dos empreendedores em investir na capacitação em PI

4.1 VOCÊ ESTARIA DISPOSTO A INVESTIR EM CAPACITAÇÃO NA ÁREA DE PI?		4.2 QUAIS TIPOS DE PI VOCÊ ESTARIA DISPOSTO A BUSCAR CAPACITAÇÃO?		4.3 QUAIS TIPOS DE TREINAMENTO VOCÊ ESTARIA DISPOSTO A BUSCAR PARA SUA EQUIPE?		4.4 QUAIS TIPOS DE GANHOS VOCÊ ACREDITA QUE A PROPRIEDADE INTELECTUAL PODE TRAZER PARA SUA EMPRESA?	
<i>Sim</i>	6	<i>Marca</i>	27	<i>Oficinas práticas</i>	19	<i>Maior credibilidade</i>	8
<i>Talvez</i>	28	<i>Patente</i>	19	<i>Cursos de imersão</i>	16	<i>Proteção de ativos</i>	8
<i>Não</i>	13	<i>Programa de Computador</i>	13	<i>Ensino a distância</i>	16	<i>Segurança</i>	8
		<i>Conhecimento Tradicional</i>	7	<i>Aulas teóricas</i>	12	<i>Evitar concorrente desleal</i>	5
		<i>Segredo Industrial</i>	7	<i>Mentorias</i>	9	<i>Diferenciação no mercado</i>	3
		<i>Desenho Industrial</i>	6	<i>Prefiro terceirização</i>	1	<i>Competitividade</i>	2
		<i>Indicação Geográfica</i>	3	<i>Assessoramento dúvidas online</i>	1	<i>Criação de novos produtos</i>	1
		<i>Topografia de C. Integrado</i>	1	<i>Nenhum</i>	4	<i>Fortalecimento da cultura empresarial</i>	1
		<i>Cultivar</i>	1			<i>Inovação e criatividade</i>	1
		<i>Nenhuma</i>	11			<i>Valuation da empresa</i>	1
						<i>Viabilizar projetos</i>	1
						<i>Não sei responder</i>	10

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2022)

Percebe-se que o número de empreendedores que possui predisposição em investir nessa área foi pequeno, apenas seis registros, porém, se somado com aqueles que afirmaram que talvez pudessem investir, esse número sobe para 34, ou 72%, um número bastante razoável que indica a necessidade de oferecer uma capacitação de qualidade e convencer o empresário que vale a pena realizar tal investimento.

A resposta acerca de quais seriam os principais alvos de capacitação confirmou respostas anteriores, pois as marcas (27), seguidas pela patente (19) e pelo programa de computador (13) foram os itens de maior destaque e, quanto ao tipo de treinamento, os respondentes ofereceram respostas divididas entre oficinas práticas, cursos de imersão (curta duração), ensino a distância, aulas teóricas e mentorias.

Com relação à contribuição e ganhos que a PI pode trazer para a empresa, destaca-se maior credibilidade, proteção de ativos, segurança, evitar concorrente desleal, diferenciação no mercado e competitividade. Tais respostas estão de acordo com o que preceitua a literatura sobre PI, indicando que boa parte dos empresários reconhece a relevância de uma PI e como ela pode agregar para os ganhos da empresa.

Analisando as respostas obtidas pelo questionário, percebe-se que a maioria dos empresários possui pouco ou apenas razoável conhecimento acerca da PI e essa foi uma das principais causas para que não se tenha investido na capacitação em PI ou na implantação de uma estratégia para proteger os ativos intangíveis da empresa. Entretanto, o empresário reconhece que a PI pode agregar no crescimento da sua empresa e percebe o uso e vantagens obtidas pelos seus concorrentes, principalmente quanto ao uso consolidado de uma marca. Por fim, a maioria dos empreendedores considera a possibilidade de investir na capacitação em PI, cujo maior foco seria marca, patente e programa de computador.

Para obter o cenário atual do ensino da PI no Estado de Santa Catarina e responder ao objetivo específico “b”, foi realizado um levantamento para identificar as políticas pedagógicas, ementas de cursos, currículos e outros formatos de documentos com informações de propostas pedagógicas, considerando desde o ensino técnico até a pós-graduação, além dos cursos avulsos de curta duração, oferecidos na modalidade presencial ou a distância, que estivessem ao alcance dos empresários sediados em Florianópolis.

As buscas foram realizadas durante o mês de março de 2022 em universidades públicas e privadas, institutos de ensino e pesquisa, bem como em escritórios especializados em PI e entidades públicas e privadas pertencentes ao ecossistema de inovação catarinense. Os resultados demonstraram que apenas cinco instituições se dedicavam ao ensino da PI: a UFSC, por meio do programa de mestrado profissional Profnit, as empresas IDD Consultoria e Leão ADV, além do Sebrae-SC e Senai-SC.

Apesar de Santa Catarina possuir instituições com grandes contribuições para o empreendedorismo e a inovação, como universidades públicas (UDESC, IFSC, IFC), comunitárias (UNIVALI, UNISUL) e entidades participantes do ecossistema de inovação (FAPESC, ACATE, CERTI), além de iniciativas de fomento, incubação e aceleração (Centelha, Sinapse, Centros de Inovação), percebe-se que o tema da Propriedade Intelectual não acompanhou o desenvolvimento desses dois tópicos, pois apenas cinco instituições catarinenses apresentaram algum tipo de capacitação em PI.

Somente a UFSC possui um curso de pós-graduação, o Profnit, em parceria com o Fortec, dedicado especialmente à formação de gestores de PI e com grande reputação nacional. Oferece formação completa nessa disciplina, porém exige como condição de acesso a prévia formação em algum curso de graduação. Possui duração mínima 24 meses para conclusão, o que pode não ser um incentivo para a participação dos empreendedores, que costumam ter bastante pressa para obtenção da capacitação almejada.

Os escritórios especializados IDD Consultoria e a Leão ADV oferecem webinários para tratar de temas específicos da PI, porém estes não ocorrem com periodicidade definida para que o empreendedor possa se programar. Além disso, as plataformas na internet disponibilizam algumas gravações de eventos passados.

O Sebrae-SC e o Senai-SC, conhecidos por oferecerem capacitação empresarial e industrial, disponibilizam apenas um curso na modalidade de ensino a distância, porém esse curso é de curta duração e contempla apenas em nível introdutório as questões relacionadas com a PI.

Das cinco instituições citadas, apenas o Profnit/UFSC permitiu amplo acesso ao conteúdo, que colaborou para o objetivo deste trabalho, incluindo ementas das disciplinas, regimento do curso, proposta aprovada no Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APCN) e Relatório da Autoavaliação e Planejamento 2020 (PROFNIT, 2022). Por isso, fez-se necessário expandir o escopo da pesquisa para outras instituições localizadas nas demais regiões do país.

Essa nova pesquisa possibilitou encontrar outras seis instituições, além de pontos focais do Profnit, por se tratar de um mestrado em rede sob coordenação do Fortec com abrangência nacional, que oferece o mesmo conteúdo em 21 Unidades da Federação, distribuído em 33 IES, inclusive na UFSC (PROFNIT, 2022), que já foi abordado no estudo.

Duas instituições ofereciam cursos de pós-graduação: o INPI, autarquia responsável por disciplinar a proteção da PI no Brasil, que disponibilizava cursos em nível de mestrado e doutorado profissional, realizados presencialmente no Rio de Janeiro, RJ; e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), que ofertava cursos de mestrado e doutorado acadêmico que ocorriam na cidade de Aracaju, SE, também presencialmente. O INPI, inclusive, dispunha de inúmeros cursos de extensão e treinamentos de curta duração, efetuados em diversas modalidades de ensino, nas mais diversas áreas da PI, revelando-se como principal portal para capacitação dos empreendedores brasileiros, como já apontado no estudo (MENDES; AMORIM-BORHER, 2012).

Três associações privadas dedicadas à temática da PI também foram localizadas na busca: a Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (ABAPI), a Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI) e a Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI), localizadas nas cidades de São Paulo, SP e Rio de Janeiro, RJ, que ofereciam cursos de curta duração em algumas temáticas, além de participação em webinários relativos à PI, tanto presencialmente quanto a distância.

Por último, foi identificada uma empresa também nas cidades de São Paulo, SP e Rio de Janeiro, RJ, o Instituto Dannemann Siemsen de Estudos Jurídicos e Técnicos (IDS), que ofertava grande quantidade de cursos e treinamentos nas áreas da PI, com abordagem bem adaptada para as necessidades dos empresários, tratando dos temas de forma bem aplicada e menos conceitual/acadêmica, disponibilizando cursos nas modalidades presencial e a distância.

Várias informações úteis foram obtidas a partir do sítio eletrônico dessas entidades, de forma a consubstanciar a proposta pedagógica desse trabalho. As associações privadas e as empresas especializadas em PI, por não exigir nível de escolaridade, condicionavam a matrícula apenas à capacidade de aproveitamento e interesse do aluno. Dessa forma, apresentaram um modelo que demonstrou ser bem aplicável para o que se pretende alcançar com a proposta pedagógica para ensino da PI em Santa Catarina, embora as informações mais abundantes e de mais fácil acesso foram aquelas disponibilizadas pelas instituições que ofertavam cursos de pós-graduação: UFSC, UFS e INPI.

Para estabelecer as diretrizes de funcionamento da estrutura de ensino para capacitação dos empreendedores da Facisc, em Florianópolis, os sítios eletrônicos das instituições localizadas em Santa Catarina (UFSC, IDD, Leão, SENAI e SEBRAE), juntamente com outras sediadas nas demais regiões do país (INPI, UFS, ABAPI, ABPI, ASPI e IDS), foram utilizadas como *benchmarking* para obtenção de informações na construção do PPP, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Informações obtidas para construção do PPP

TEMAS	UFSC	UFS	INPI	ABAPI	ABDI	ASPI	IDS	IDD	LEÃO
<i>Missão</i>	X		X				X		X
<i>Visão</i>	X		X						X
<i>Objetivos</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Valores</i>	X		X						X
<i>Comunidade</i>	X	X	X	X	X	X			X
<i>Infraestrutura</i>	X								
<i>Docentes</i>	X	X	X						
<i>Finanças</i>	X	X	X	X	X	X			
<i>Parcerias</i>	X		X	X	X	X			
<i>Currículo</i>	X	X	X						
<i>Avaliação</i>	X	X	X						
<i>Conteúdo</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Tecnologia</i>	X			X					
<i>Implementação</i>	X								
<i>Prazos</i>									
<i>Cronograma</i>									
<i>Indicadores</i>	X								
<i>Metas</i>									

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2022)

Os dados apresentados no Quadro 5 foram consolidados e analisados separadamente, de acordo com o tema específico do PPP, para elaborar uma proposta pedagógica e atender ao objetivo específico “c”, conforme extrato apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 – Extrato do PPP para construção da proposta pedagógica

CAPÍTULO 1 – MISSÃO	
Missão	Capacitar os empreendedores catarinenses em temáticas da propriedade intelectual.
Visão	Ser reconhecido até 2030 como referência na promoção da utilização da propriedade intelectual como ferramenta de competitividade e desenvolvimento econômico no âmbito dos empreendedores do Sistema Facisc em Santa Catarina.
Objetivos	Promover a cultura da propriedade intelectual nas empresas. Disponer de modernas ferramentas relacionadas com propriedade intelectual. Tornar-se a referência estadual para capacitação de seu público-alvo em sua área de atuação. Usar parcerias para manutenção da estrutura e do corpo docente. Ser um agente de transformação da sociedade empresarial catarinense.
Valores	Inovação, criatividade, transparência, tecnologia, ética, responsabilidade.
CAPÍTULO 2 – CONTEXTO	
Comunidade	Na primeira fase de implantação, almeja-se alcançar os associados da Facisc sediados na grande Florianópolis. Numa segunda fase, expandir para outras regiões do estado.
Infraestrutura	Salas alugadas dentro das instalações da Facisc, para aulas presenciais, e recursos de tecnologia da informação e comunicação para aulas na modalidade de ensino a distância.
Docentes	Inicialmente utilizará docentes de instituições parceiras.
Finanças	Recursos não reembolsáveis de entidades de fomento, parcerias com instituições públicas e privadas, recursos recebidos pela prestação de serviços.
Parcerias	Potenciais parceiros: UFSC, IFSC, Udesc, Facisc, Fiesc, Fapesc, Certi, Sebrae, Senai, SESI, parques tecnológicos, NITs, entre outros.
CAPÍTULO 3 – PROJETO PEDAGÓGICO	
Currículo	Fase 1 – Patentes, marcas, desenho industrial, direito autoral, programa de computador. Fase 2 – Demais modalidades de PI. Fase 3 – Expandir para temas transversais à PI, como economia, administração, empreendedorismo, marketing, inovação e indústria criativa, entre outros, correlacionando-os com os conceitos trabalhados nas fases anteriores.
Avaliação	Provas de múltipla escolha e respostas subjetivas, testes práticos na operação de sistemas informatizados, mesa de negociação.
Conteúdo	Sistemas de busca de ativos intangíveis e prospecção tecnológica, redação de pedidos de proteção de ativos, técnicas de negociação, redação de acordos de transferência de tecnologia.
Tecnologia	Sistemas Orbit, Vantagepoint, PRIS, LENS, Web of Science, Scopus, Scielo, entre outros.
CAPÍTULO 4 – PLANO DE AÇÃO	
Implementação	Dividida em duas fases. A primeira será focada em atender os associados da Facisc em Florianópolis, como projeto piloto. A segunda fase pretenderá expandir para outras regiões de Santa Catarina.
Prazos	Fase 1 – até final de 2023; Fase 2 – até final de 2025.
Cronograma	1 – Fechar convênio com a FACISC – ago./2022 2 – Conseguir recursos não reembolsáveis de fomento à inovação – dez./2022. 3 – Fechar parcerias para cessão de professores, sem vínculo empregatício – dez./2022. 4 – Adquirir materiais, equipamentos, softwares – jan./2023. 5 – Atender a demandas dos empreendedores em Florianópolis – dez./2023. 6 – Adquirir capacidade de custear suas despesas (autossustentável) – dez./2024. 7 – Expandir para atender empreendedores em todo o Estado – dez./2025.
Indicadores	Serão utilizados alguns indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, presencial e a distância, propostos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior para credenciamento de IES.
Metas	2023 – Obter Conceito 2 em 50% dos indicadores, no mínimo. 2024 – Obter Conceito 3 em 70% dos indicadores, no mínimo. 2025 – Obter Conceito 4 em 80% dos indicadores, no mínimo.

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2022)

Com base nessas informações, foi consolidado um PPP completo, com a devida descrição de todos os campos apresentados no extrato a fim de que fossem iniciados os trabalhos de preparação documental e de financiamento, com o propósito de constituir uma estrutura de ensino para capacitação dos empreendedores da Facisc.

4 Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo principal apresentar uma estrutura de ensino destinada à capacitação dos empreendedores da Facisc para suprir a lacuna de conhecimento acerca dessa temática, utilizando-se de pesquisa documental e verificação junto ao público-alvo por meio de questionário.

Os objetivos específicos foram identificar propostas pedagógicas para o ensino de PI que já se encontram em funcionamento no Estado de Santa Catarina e as demandas reprimidas dos empreendedores da Facisc relacionadas à falta de capacitação no tema para consubstanciar a formulação de diretrizes de funcionamento de uma estrutura de ensino destinada à capacitação desse público-alvo.

A pesquisa revelou que existem poucos cursos à disposição do empresariado de Florianópolis, especialmente aqueles de curta duração e que permitem imersão num único tema, de forma que foi necessário expandir a pesquisa em nível nacional, para que se obtivesse material suficiente na elaboração da proposta pedagógica. Essa escassez de cursos também pode ter influenciado no conhecimento que o empreendedor possui acerca da PI e sua predisposição em investir nessa área.

Contudo, os empresários acreditam no potencial que a PI possui para impulsionar os negócios da empresa e aferir ganhos financeiros, principalmente nos campos de marcas, patentes e programas de computador, desde que a oferta de capacitação e treinamento seja diversificada para atender às diferentes demandas, como oficinas práticas, cursos de imersão (curta duração), ensino a distância, aulas teóricas e mentorias.

A oferta de capacitação específica, de acordo com o PPP, poderia suprir essa carência no mercado catarinense e resolver essas lacunas, de forma a contribuir para a disseminação do conhecimento, implantação de estratégias de PI nas empresas, melhora da competitividade e geração de renda e empregos no estado. O modelo e proposta aqui apresentados permitiriam a sua replicação em outros ecossistemas catarinenses.

A capacitação em PI corresponde a uma tarefa bastante complexa, visto que se reveste de multi e interdisciplinaridade. O conhecimento teórico por si só não é suficiente para ensinar PI, pois são essenciais habilidades práticas, além de requerer diferentes técnicas, configurações e recursos específicos, bem como possui um caráter mutável, devido à forte conexão com a tecnologia e sua evolução. Esses são aspectos que reforçam a relevância de oferecer para os empreendedores as ferramentas básicas para estimular a inovação em Santa Catarina e servir de inspiração para outras unidades da federação.

Como sugestão de trabalhos futuros, aponta-se a possibilidade de levantar a situação do ensino da PI em nível nacional, contemplando do ensino fundamental ao ensino superior, incluindo, ainda, o ensino profissional de curta duração para verificar sua evolução em relação aos estudos realizados nas décadas passadas.

5 Perspectivas Futuras

Almeja-se dar andamento no cronograma do PPP, iniciando pela assinatura de convênio com a Facisc, para definição de adequação de espaço físico e, de acordo com a disponibilidade de editais de fomento à inovação, captar recursos não reembolsáveis para dar início aos trabalhos de estruturação da infraestrutura, com vistas a oferecer os cursos de capacitação para os empreendedores da Facisc.

Referências

AMORIM-BORHER, M. B. *et al.* Ensino e pesquisa em propriedade intelectual no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, [s.l.], v. 6, n. 2, p. 281-310, jul.-dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rbi.v6i2.8648949>. Acesso em: 27 jul. 2019.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.finep.gov.br/images/a-finep/Politica/16_03_2018_Estrategia_Nacional_de_Ciencia_Tecnologia_e_Inovacao_2016_2022.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394compilado.htm. Acesso em: 11 mar. 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/L10.973compilado.htm. Acesso em: 24 fev. 2022.

CORNELL UNIVERSITY; INSEAD – INSTITUTO EUROPEU DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS; WIPO – WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Global Innovation Index 2020**. 13. ed. Genebra: WIPO, 2021. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_gii_2020.pdf. Acesso em: 7 mar. 2021.

FACISC – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA. **PRINTE – Proteção Intelectual**. 2019. Disponível em: <https://www.facisc.org.br/solucao/printe/>. Acesso em: 30 out. 2019.

FACISC – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA. **Revista 50 anos de uma grande história**. 1. ed. Florianópolis: Editora Expressão, 2021. Disponível em: http://expressao.com.br/ebooks/facisc_50anos/. Acesso em: 22 dez. 2021.

FARIA, A. X. **O ensino da propriedade intelectual nos cursos de graduação do Brasil: razões e proposições**. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação) – Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, p. 127, 2011. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/academia/arquivo/arquivos-biblioteca/FARIAAdrianaXavier2011.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

FIEC – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. **Índice FIEC de inovação nos estados 21**. Fortaleza: FIEC, 2021. Disponível em: https://arquivos.sfiec.org.br/nucleoeconomia/files/files/Indice%20fiiec%20de%20inovacao/Indice-FIEC-Inovacao_2021.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

FREIRE, V. M. V.; CARVALHO, J. M. de. Propriedade Intelectual para Inovação: percepções e perspectivas em uma escola profissionalizante. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 414-429, 2021. DOI: 10.9771/cp.v14i2.36965. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/36965>. Acesso em: 16 jan. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIMENEZ, A. M. N. **O ensino da propriedade intelectual na educação superior: o caso da Unicamp**. 2012. 234p. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/286998/1/Gimenez_AnaMariaNunes_M.pdf. Acesso em: 27 jul. 2019.

GUILHERMAT, J. C. L. *et al.* O ensino da propriedade intelectual e do empreendedorismo como estímulo à inovação nos cursos de pós-graduação Stricto Sensu da Universidade Federal de Alagoas. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 11, n. 4, p. 999-1.015, dez 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/cp.v11i4.27111>. Acesso em: 27 jul. 2019.

HOLGERSSON, M.; TIETZE, F. Sharing innovative and best-practice approaches for teaching intellectual property management: a workshop report. **World Patent Information**, [s.l.], v. 49, n. May, p. 75-76, 2017. DOI: 10.1016/j.wpi.2017.02.004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.wpi.2017.02.004>. Acesso em: 2 jul. 2022.

IDS – INSTITUTO DANNEMANN SIEMSEN. **Quem somos**. 2019. Disponível em: <https://ids.org.br/sobre-o-ids/quem-somos/>. Acesso em: 30 out. 2021.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Editais do prêmio PI nas escolas**. Rio de Janeiro: INPI, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/noticias/inpi-lanca-no-dia-18-o-201c-i-premio-pi-nas-escolas201d-para-professores-e-gestores/Editais_Premio_PI_nas_Escolas_INPI_11_10_21_.pdf. Acesso em: 23 out. 2021.

MARANHÃO. (Estado).. **Orientações gerais para elaboração do projeto político pedagógico das unidades de ensino da rede pública estadual do Maranhão**. São Luís. 2016. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/files/2016/12/Projeto-Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gico-PPP-SEDUC-PDF-1.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2022.

MENDES, L. M.; AMORIM-BORHER, M. B. O ensino da propriedade intelectual: mapeando as academias da rede global. **Revista Brasileira de Inovação**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 399-432, jul.-dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rbi.v11i2.8649049>. Acesso em: 27 jul. 2019.

PARANÁ. (Estado). **Conhecendo o Projeto Político-Pedagógico**. Curitiba. 2018. Disponível em: http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_em_foco/gestao_escolar_unidade1.pdf. Acesso em: 2 jul. 2022.

PEREIRA, M. L. S.; EPSZTEJN, R.; LEAL, M. G. F. Propriedade intelectual no ensino técnico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 29., 2009, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ABEPRO, 2009. p. 1-9. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_TN_STO_098_661_13808.pdf. Acesso em: 27 jul. 2019.

PROFNIT. **Site Oficial do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação**. 2022. Disponível em: <https://profnit.org.br/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

RODRIGUES, D. S.; SANTOS, R. M. N. dos; OLIVEIRA, R. C. de. A Temática de Propriedade Intelectual como Parte da Formação dos Alunos dos Cursos Técnicos dos Institutos Federais da Região Norte. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 16, n. 1, p. 51-68, 2023. DOI: 10.9771/cp.v16i1.50960. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/50960>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SARAIVA, I. Z.; BUTZEN, E.; MOREJON, C. F. M. Educação Empreendedora na Base da Inovação: análise de um Case de sucesso no empreendedorismo catarinense de base universitária. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 12, n. 5, p. 1.231, 2019. DOI: 10.9771/cp.v12i5.32188. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/32188>. Acesso em: 16 jan. 2023.

VARENHOLD, M.; MEDEIROS, M. L. Ensino da propriedade intelectual no turismo: análise dos cursos brasileiros. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU, 11., 2017, Foz do Iguaçu. **Anais** [...]. Foz do Iguaçu: Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: <http://festivaldascataratas.com/forum-turismo/anais/2017/gt6-educacao-e-formacao-prof/6-ensino-da-propriedade-intelectual-no-turismo-analise-dos-cursos-brasileiros.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

WIPO – WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Teaching intellectual property (IP) in countries in transition**. Genebra: WIPO, 2013. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_transition_7.pdf. Acesso em: 22 dez. 2021.

Sobre os Autores

Fernando Müller

E-mail: fernando@cerumar.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0358-9626>

Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia pela UFSC/Profinit em 2022.

Endereço profissional: Alameda Aristiliano Ramos, n. 1.091, Centro de Rio do Sul, SC.CEP: 89160-113.

Irineu Afonso Frey

E-mail: iafrey@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7731-3406>

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2005.

Professor Associado do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Endereço Profissional: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/n, 1º andar do Bloco G, CSE, Trindade, Florianópolis, SC. CEP: 88040-900.